



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1 Ata da reunião 1ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com
2 Deficiência realizada no dia 17 de fevereiro de 2014, no auditório da Casa dos Direitos Humanos, situada
3 na av. Amazonas, 558, 7º andar, Belo Horizonte. A presidente do CONPED, Kátia Ferraz, iniciou a
4 reunião às 14:30 horas para discutir a seguinte pauta: 1- verificação do quórum; 2- aprovação da ata da
5 11ª reunião ordinária; 3- relatório das comissões; 4- informes; 5- esclarecimentos sobre a Lei 21.121 e
6 46.434 – Passe Intermunicipal. A assembleia contou com a presença dos conselheiros abaixo assinados,
7 conforme lista de presença anexa. Os seguintes conselheiros justificaram suas ausências: Milton
8 Henriques de Oliveira (ADEFOM), Eustáquio José de Oliveira (ADEFI), Breno Ferreira Monteiro Elias
9 (ADEFICAMP) e Adinilson Martins (Fed. APAES/MG). Estiveram presentes grande número de convidados
10 cujas assinaturas encontram-se na lista anexa. A senhora presidente Kátia Ferraz deu aos presentes as
11 boas vindas. A ata de dezembro de 2013 não foi aprovada sendo que a conselheira Daysi se prontificou
12 em refazê-la. Com a palavra a presidente informa a nomeação da nova Subsecretária de Direitos
13 Humanos da SEDESE, Maria Juanita Godinho Pimenta e a substituição dos seguintes conselheiros:
14 Walter Guedes e Silva (SEDESE/Titular) por Ana Lúcia Grossi (suplente), Ana Lúcia Grossi
15 (Suplente/SEDESE) por Artur Campos Cheib (suplente/SEDESE), Joel Martins (Associação dos
16 portadores de deficiência e aposentados da Região Norte – APODEM) titular por Marlice Dornelas Lúcio),
17 José Matias Gonçalves (titular) Associação dos deficientes de Contagem (ADC) por Maurício Alves
18 Peçanha, Paula Garibaldi Santos (suplente) Conselho Regional de Fonoaudiologia, por Renata Jacques
19 Batista. Na sequência a presidente Kátia passou a palavra às comissões das câmaras técnicas. Denise
20 Martins divulgou a peça de teatro “Som das Cores”, que se realizará na Casa do Conde de Santa
21 Marinha. A peça é auto-descritiva e os ingressos poderão ser adquiridos no posto da FUNARTE, na rua
22 Januária, 68, bem como nos postos das campanhas de Popularização do Teatro: no Mercado das Flores,
23 na Cidade Administrativa. O preço do ingresso é R\$8,00. A presidente Kátia passa a palavra a Marcelo
24 Lino presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Contagem, que noticia que aquela
25 cidade foi habilitada para receber o Centro de Reabilitação da Pessoa com Deficiência CER4, que
26 atenderá pessoas com deficiências física, visual, intelectual e auditiva. Acrescenta que era um antigo
27 anseio da cidade e ela se viabilizou mediante parceria entre o Governo do Estado, através da Secretaria
28 de Estado da Saúde e o município. O CER4 integra o Programa Viver sem Limites, uma gestão
29 compartilhada Prefeitura Governo do Estado que ficará em uma área nobre de 8 mil m² e contará também
30 com oficina ortopédica que irá confeccionar orteses e próteses para Contagem e outros municípios. A
31 construção do Centro levará pelo menos 2 anos e a realização contou com a determinação do prefeito
32 Carlim. A central de libras, outra aspiração do município, vem sendo tentada, bem como gestões vem
33 sendo feitas para que a oficina produza cadeiras de rodas personalizadas. A presidente passa a palavra
34 para o conselheiro Maurício Peçanha que observa que o Estatuto vem sendo discutido há mais de 20
35 anos e sugere que se realize um fórum regionalizado para fortalecer as cidades, com a criação de
36 conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência, escutando as regiões e fomentando a criação de
37 política pública de atenção à pessoa com deficiência. Maurício acrescenta que se deve mudar o conceito
38 de empregabilidade, pois as pessoas com deficiência são colocadas dentro das empresas sem que ela
39 conheça as suas potencialidades, habilidades e competências e que se desenvolva uma mentalidade de
40 que as pessoas com deficiência dentro das empresas querem crescer também. Acrescentou que as
41 pessoas com deficiência poderiam ser inseridas no mundo do trabalho e, ao contrário, estão recebendo o
42 Benefício de Prestação Continuada – BPC. Maurício relatou que estão sendo proferidas palestras nas
43 empresas com o objetivo de mudar as mentalidades das empresas, a respeito do novo conceito de
44 empregabilidade que até aqui tem sido usado somente para ocupar as vagas da cota. Com a palavra a
45 representante da Comissão de Atos Normativos, Ana Lúcia Oliveira, parabenizou a prefeitura de
46 Contagem na pessoa do Marcelo Lino que acrescentou que o município de Contagem irá custear com
47 seus próprios recursos sua central de libras. Sobre a central de libras, Ana Lúcia observou que os
48 recursos foram suficientes para a criação de 3 centrais em Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora,
49 infelizmente. Com relação à discussão do Regimento Interno Ana Lúcia declarou que enviará a minuta do
50 texto por e-mail para os conselheiros, com o objetivo de coletar sugestões e que será dado um prazo
51 para recebimento das mesmas. Daisy, da Comissão de Políticas Públicas relata o recebimento de
52 informação oriunda da Assembleia que noticia que após várias articulações o espaço da Associação
53 Mineira de Paraplégicos será adaptado para se tornar um centro de referência para pessoas com
54 deficiências, mediante acordo celebrado entre o Governo do Estado de Minas e o Município, para tanto
55 será encaminhado ofício parabenizando a decisão. Sobre a discussão dos critérios para concessão da
56 ajuda de custo da bolsa da Loteria Mineira, a conselheira Deise esclarece que foi encaminhada
57 solicitação para a Subsecretária Juanita pleiteando maiores informações sobre o benefício, contudo, as



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

58 informações prestadas não são completas. Ana Lúcia toma a palavra e informa que ela é distribuída
59 através da CAADE. A conselheira Ana Lúcia adianta que a Subsecretária de Direitos Humanos está
60 preparando uma resposta pormenorizada. Daisy ressalta que a Subsecretária está elaborando uma
61 proposta com novos parâmetros e a mesma será submetida à Comissão para ressignificação dos
62 recursos. A proposta é que estejamos atentos para quem se destina os recursos e se estes não conflitam
63 com outros serviços, concedendo 2 benefícios para as mesmas pessoas. São beneficiados 312 jovens
64 para quem são concedidas bolsas para despesas com educação especial, que de R\$1.000,00 a R\$400,00.
65 Contudo, ressalta que a conta não fecha, pois o montante é de R\$151.000,00, interroga. A conselheira
66 Juliana Chiari esclarece que os critérios só passaram a ser aplicados a partir de 2009, quando se fixou o
67 valor de R\$400,00 por bolsa, portanto, as bolsas antigas, concedidas antes de 2009 têm valores
68 diferentes cujas cifras foram mantidas, razão pela qual as contas não fecham. A deputada Lisa Costa
69 afirma que a sugestão da Comissão é que se encontre uma outra forma de pagar a bolsa, pois hoje só
70 depois que o serviço é prestado é que o beneficiário recebe a ajuda. A deputada salienta que o CONPED
71 exigiu que essas questões da bolsa tenham mais transparência. O conselheiro Rogerio observa que se
72 deve ouvir e analisar a proposta da Subsecretária Juanita. Rogério alerta que há inconsistências nas
73 informações prestadas pela SEDESE quando no documento afirmam ter sido na época aprovado pela
74 plenária do CONPED o critério de concessão das bolsas. Ele informou que estava presente na reunião do
75 CONPED quando foi apresentado os critério sem debate ou votação. Foi a nível de informe. Solicita a
76 apresentação da ata, pois alerta para o perigo de que se atribua ao CONPED decisões que ele não
77 tomou. A conselheira Lisa Prado ressalta que as reuniões da comissão estão abertas a todos que
78 quiserem participar. Conselheira Denise do Conselho Regional de Psicologia ressalta que os atrasos da
79 bolsa são prejudiciais, pois o beneficiário recebe mediante comprovação do valor pago à escola.
80 Exemplifica que há aqueles que já deixaram escola. Glicério informa que não há relatos a fazer da
81 Comissão de Acessibilidade, bem como a Comissão de Orçamento. A presidente Kátia informa que a Lei
82 21.121 foi regulamentada no final de janeiro, com a concessão do passe intermunicipal. A conselheira
83 Lisa Costa declara que revogou a antiga lei e foi apresentada outra ao governo e negociou não aceitar o
84 que as empresas argumentaram: que não era possível custear o passe livre intermunicipal, mas mesmo
85 assim ela foi regulamentada e já passou a vigorar. A presidente Kátia passa a palavra ao conselheiro
86 Lindberg da SETOP que cumprimenta todos e parabeniza os deputados que negociaram e
87 regulamentaram a lei, mediante ajustes com as empresas de transporte. Lindberg relata que a SETOP e
88 o DER estão trabalhando para implementar a Lei. Lindberg ressalta que a lei se auto regulamenta e que
89 sua participação na Assembleia foi meramente técnica e se coloca à disposição para esclarecer outros
90 pontos. A presidente Kátia se dirigindo ao conselheiro Lindberg solicita esclarecimento sobre a quem
91 recai a responsabilidade de decidir quem será o beneficiário do passe livre. Lindberg ressalta que para o
92 idosos são concedidas 2 passagens por viagem e as solicitações são feitas com antecedência e que
93 caberá a uma clínica especializada decidir quais deficientes terão direito. Lisa Prado ressalta que
94 enquanto não se faz o cadastro o interessado deve procurar a empresa e solicitar a passagem como
95 fazem os idosos. Carlos Henrique, cujo filho é beneficiário da bolsa da SEDESE, informou que o convênio
96 com a SEDESE foi descontinuado. Com relação ao passe intermunicipal, de gratuidade para a pessoa
97 com deficiência e com baixa renda, ressalta que na prática a implementação das leis é difícil e cita que os
98 elevadores dos ônibus urbanos funcionam mal bem como o atendimento dos motoristas e cobradores.
99 Robson pergunta como será a comprovação da deficiência e como será a concessão da carteira. A
100 presidente Kátia redireciona a pergunta ao conselheiro Lindberg que reporta que no início a implantação
101 de qualquer medida conhece dificuldades iniciais. O cadastramento é estadual e ainda está sendo
102 discutido, pois as discussões com o DER a respeito de qual a clínica que irá definir quem é deficiente
103 ainda não está definida. Lindberg informou que 66% da frota de ônibus intermunicipal metropolitana já
104 possuem elevadores e até 2015 100% dos ônibus terão plataformas elevatórias. Quanto aos ônibus
105 intermunicipais nenhum deles possui essas plataformas tendo em vista problemas de ordem técnica,
106 além do mais são 5.500 ônibus que teriam que ser adaptados imediatamente o que é inviável. A
107 deputada Liza Prado assinala que enquanto o cadastro não está definido a pessoa com deficiência
108 deverá procurar a empresa e solicitar a passagem como fazem os idosos. Dra. Júnia ressalta a
109 importância da sanção da lei que concede passe livre para os deficientes que se enquadram nos
110 requisitos de renda, pois a lei vagava pelo estado de Minas e não era sancionada. A promotora observa
111 que o cadastramento deverá acontecer mediante laudo pericial do SUS e o deficiente deverá ter renda
112 individual inferior a dois salários mínimos. Sobre o transporte rural, o conselheiro Lindberg toma a palavra
113 e esclarece que o transporte urbano e semi urbano é competência municipal, então o transporte rural é
114 competência do município, pois trafega nos limites do município. Márcio Ferreira da assistência solicita o



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

115 endereço eletrônico do decreto para que todos os interessados possam ler. Quanto a quem vai emitir o
116 laudo está claro no decreto que deverá ser realizado por médicos do SUS segundo critérios
117 internacionais. Ressalva Márcio que o decreto deixou de forma genérica que as entidades
118 representativas fariam o cadastramento e se pergunta quem seriam essas entidades, daí sua
119 preocupação sobre quem poderá fazer o cadastramento, detalhe que ficou em aberto no decreto. Com
120 relação aos documentos, Márcio adverte que os documentos são muito numerosos e sugere que quem já
121 foi contemplado com outros passes já foi cadastrado, portanto já está habilitado a receber os outros
122 passes. Ressalta Márcio Ferreira que há muitas entidades representativas em muitas cidades, mas há
123 outras que não possuem entidades, para tanto sugere que as regionais da SEDESE realizem o trabalho
124 de cadastramento. Para Márcio a CAADE juntamente com o CONPED deve assumir a responsabilidade
125 junto à Comissão Parlamentar que representa os interesses das pessoas com deficiência e que sejam
126 discutidas essas questões com celeridade. Márcio sublinha que o decreto é claro e que a partir de 1º de
127 março tendo o laudo em mãos e o comprovante de renda os deficientes que se enquadram já podem
128 utilizar o benefício do passe livre. A conselheira Ana Lúcia cobrou a participação da CAADE nas
129 discussões que envolvem a discussão da concessão do benefício. O Conselheiro Lindberg argumentou
130 que chamar a CAADE seria complicar um processo que é simples e já tem a representação dos órgãos
131 decisores. A presidente sugeriu ao Carlos Henrique que encaminhe suas questões por escrito para não
132 tumultuar a plenária. Marcelo Lino, presidente do Conselho Municipal de Deficiência de Contagem,
133 enfatizou que é preciso que se tenha maturidade para não personalizar a luta coletiva e brigar com a
134 pessoa e o técnico errado. Marcelo Lino observou que os representantes das pessoas com deficiência
135 deverão continuar a lutar pelos direitos dessas pessoas mesmo tendo conseguido o passe intermunicipal,
136 pois os problemas com a acessibilidade não foram solucionados e estes ficarão com a acessibilidade a
137 todo o tipo de transporte dificultado. Também ressaltou que o acesso à medicina de direitos está muito
138 impedida para as pessoas com deficiência e que deve-se pensar em uma política pública que dê conta
139 dos laudos, pois as pessoas com deficiência têm necessidades constantes de comprovar com laudos que
140 são exigidos em inúmeras instâncias. Salientou, ainda, que vai ficar uma “vacância” com relação a
141 questão dos laudos e que o Ministério Público deve estar atento, juntamente com o CONPED, com
142 relação a falta de acessibilidade dos deficientes aos meios legais para se obter o passe intermunicipal e
143 outros acessos a serviços e programas. O conselheiro Lindberg destacou que o mais difícil foi a
144 superação das dificuldades e uma vez sancionada a lei muito já se conquistou, ressaltando que há
145 abusos na aplicação da lei, bem como na sua execução. Exemplifica, ao relatar que Uberlândia gastou
146 R\$6 milhões de reais para evitar que a lei fosse burlada com relação ao passe de gratuidade e agora,
147 atalhou, solicito-lhes que nos seja dado um voto de confiança para que possamos implantar o passe
148 intermunicipal. O conselheiro Maurício Peçanha ressaltou que os órgãos estaduais deveriam estar unidos
149 para operacionalização da lei. Lindberg atalha dizendo que o interesse do governo é que a lei seja
150 cumprida e que seja operacionalizada com celeridade. Por fim, frisou que será definido o que for mais
151 adequado para viabilizar a lei. Com a palavra o conselheiro Lucas de Poços de Caldas informou que
152 aquela cidade possui 5 entidades que atuam na defesa de direitos da pessoa com deficiência e destacou
153 a necessidade de se ter uma regra integrada da rede de atendimento e que os centros de reabilitação
154 devem ter preocupação mais técnica do que política, finalizando registra seu descontentamento com a
155 política de diárias da SEDESE. A conselheira Denise resgata a explanação do Mauricio Peçanha e
156 ressaltou que nas ações que envolvem a pessoa com deficiência devem ter sempre a CAADE como
157 interlocutora e cita “nada sobre nós sem nós”. A conselheira Clodoalva sugere que o posto de saúde de
158 suas cidades forneçam os laudos que atestem a deficiência dos usuários daqueles que pleiteiam o passe.
159 O conselheiro Lindberg frisa que será realizada reunião entre a SETOP, as empresas de transporte e o
160 DER para definir com será operacionalizado o passe intermunicipal. A conselheira Daisy acrescenta que
161 vivemos em um país democrático em que temos que provar para a União, Estado e os municípios que é
162 deficiente, assim, compete à SETOP decidir os casos omissos e finaliza declarando que se já a pessoa
163 com deficiente já passou por uma junta pericial porque deverá passar novamente. Para que isso não se
164 repita é que a CAADE e o CONPED deverão participar da Comissão juntamente com o DER, SETOP e
165 empresas concessionárias. Não restando mais nenhum assunto a tratar, a presidente Kátia encerra a
166 reunião às 17:05 horas e eu Murilo Tadeu Moreira e Silva, lavro a presente ata, que vai assinada pelos
167 presentes abaixo relacionados.

168
169 Kátia Ferraz Ferreira - CVI- Presidente

170
171 Ana Lúcia de Oliveira –CAADE/SEDESE – Vice presidente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

172
173 Clodoália Nobre Barbosa- SEPLAG
174
175 Ana Regina de Carvalho - SEE
176
177 Alexander Fabian Malheiros – SES
178
179 Glicélio Ramos Silva - SEC
180
181 Lindberg Ribeiro Garcia - SETOP
182
183 Ana Lúcia Henriques Grossi – SEDESE/CAADE
184
185 Juliana de Melo Cordeiro Chiari – SEDESE/CAADE
186
187 Lisa Prado – Legislativo Estadual
188
189 Paula Garibaldi Santos- C. Regional de Fonoaudiologia
190
191 Maurício Alves Peçanha – Associação dos Deficientes de Contage – ADC
192
193 Caio Múcio Barbosa Pimenta – Associação de Cegos Louis Braille
194
195 Lucas Leonardo Menezes Della Testa – A. de Reab. Da Criança Deficiente de Poços de Caldas
196
197 Shirley Ellen dos Santos Lopes – Ass. Pais e Amigos de Pessoas Especiais – APABB
198
199 Denise Martins Ferreira – Cons. Regional de Psicologia
200
201 Daisy Dias Lopes – Cons. Reg. Serviço Social
202
203 Renata Jacques Batista – Cons. Reg. De Fonoaudiologia
204
205 Marlice Dornelas Lúcio – A. dos portadores de deficiência e aposentados da Região Norte – APODEM
206
207 Rogério de Araújo Souza – A. dos Pais e Amigos de Pessoas Especiais - APAPE